

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 26/11/2019

- [Primeira infância - divulgados todos os vencedores de premiação](#)
- [Funase inscreve para o I Seminário de Socialização de Práticas Restaurativas](#)
- [Grupo de Trabalho da Comissão da Infância e Juventude do CNMP define prioridades para 2020](#)

Assunto: Primeira infância - divulgados todos os vencedores de premiação

Fonte: CNJ

Data: 26/11/2019



Os vencedores nas quatro categorias da premiação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) das boas práticas voltadas para crianças na primeira infância já são conhecidos. Na sexta-feira (22/11), o CNJ divulgou as melhores práticas dentre as inscritas nas categorias Sociedade Civil e Sistema de Justiça. O resultado final na categoria Governo foi divulgado na quarta-feira (20/11). A solenidade de entrega do prêmio será realizada no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sudeste, entre nos dias 2 e 3 de dezembro.

Em Sociedade Civil, a maior pontuação foi do Instituto Promundo, com atuação no Distrito Federal e no Rio de Janeiro (RJ), seguida pela Fundação Feac, de Campinas (SP), e pelo Projeto Integral de Vida (Pró-Vida), do Distrito Federal. Em Sistema de Justiça, foram confirmados vencedores: em primeiro lugar, o projeto Amparando Filhos – Transformando Realidades com a Comunidade Solidária, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO), em segundo lugar, o Proinfância – Proteção à infância e à adolescência, do Ministério Público do Ceará e, em terceiro lugar, o projeto “Entregar de forma legal é proteger”, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Em Governo, a Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul ganhou o primeiro lugar da premiação promovida por meio do Pacto Nacional pela Primeira Infância. Em segundo e terceiro lugares, ficaram a Prefeitura de Boa Vista e a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, respectivamente.

Os vencedores da categoria Empresas foram os primeiros a serem divulgados, em 4/11. Foram contemplados: em primeiro lugar, o Ateliê Cata-Ventos, com o projeto de educação participativa na educação infantil; em segundo, a Pré-escola Nossa Senhora Eireli, com a iniciativa Os meus, os seus, os nossos sentimentos, e, em terceiro, a Aplik Clínica de Vacinação, com projeto de humanização e manejo de dor na aplicação de vacinas.

Clique no endereço abaixo, para acompanhar os resultados da avaliação das práticas inscritas no prêmio.

<https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pacto-nacional-pela-primeira-infancia/selecao-e-disseminacao-de-boas-praticas/resultados/>

Pacto Nacional

O prêmio será entregue aos vencedores em São Paulo, durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sudeste, marcado para 2 e 3 de dezembro. As categorias “Sistema de Justiça”, “Empresas” e “Governo” receberão troféu e certificado. Já a categoria “Sociedade Civil Organizada” será premiada com valores monetários de R\$ 20 mil, R\$ 15 mil e R\$ 10 mil, para os três primeiros lugares, respectivamente. Essa premiação tem a finalidade de contribuir para a continuidade da prática, o fomento e o estímulo a criação de novos projetos das instituições vencedoras da sociedade civil.

O objetivo da Premiação de Boas Práticas para a Primeira Infância é favorecer o cumprimento do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), reconhecer, dar visibilidade e disseminar práticas de sucesso que contribuíram para elevar o patamar de excelência na promoção de direitos e atenção à primeira infância. Os destaques também devem proporcionar a troca de experiências e informações entre os órgãos do Sistema de Justiça, com incentivo ao compartilhamento de boas práticas e suas replicações, promovendo modernização e eficiência das ações voltadas à garantia dos direitos das crianças.

A premiação é um dos desdobramentos do Projeto “Justiça começa na Infância: Fortalecendo a atuação do Sistema de Justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça e financiado pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O projeto integra um conjunto de ações colocadas em prática pela rede de proteção à infância no Brasil formada por cerca de 40 instituições que firmaram com o CNJ o Pacto Nacional pela Primeira Infância, em junho de 2019, e mais 26 que formalizaram a adesão em setembro de 2019.

A rede de proteção à infância no Brasil está sendo ampliada e, no Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância da Região Sudeste, em São Paulo, serão formalizadas novas adesões ao movimento em prol dos direitos da primeira infância, entre órgãos e instituições que atuam em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo ou Minas Gerais.

Assunto: Funase inscreve para o I Seminário de Socialização de Práticas Restaurativas

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 26/11/2019



A Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) e o Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos do Estado de Pernambuco (Cefospe) promoverão, no próximo dia 3 de dezembro, das 8h30 às 16h, o I Seminário de Socialização de Práticas Restaurativas em Unidades Socioeducativas. O objetivo do evento é apresentar, por meio de palestras e debates, as ações decorrentes dessa metodologia que estão sendo desenvolvidas em Centros de Atendimento Socioeducativo (Case), Centros de Internação Provisória (Cenip), Casas de Semiliberdade (Casem) e na Unidade de Atendimento Inicial (Uniai) da Funase.

O seminário ocorrerá no auditório principal do Cefospe, na Rua Tabira, s/n, no bairro da Boa Vista, no Recife. Para participar, o público deve se inscrever no site www.funase.pe.gov.br ou no formulário disponível em <https://bit.ly/33lyrpu>. O evento terá como palestrantes Socorro Barros, coordenadora do Núcleo de Justiça Restaurativa da Funase, e Fernanda Rosenblatt, doutora em Criminologia pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, e professora da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Ainda ao longo do dia, técnicos de 12 unidades da Funase vão expor práticas restaurativas desenvolvidas junto aos socioeducandos.

JUSTIÇA RESTAURATIVA – A Justiça Restaurativa prevê mudanças de paradigmas que permitam a transição para uma lógica que privilegie a percepção sobre responsabilidades individuais e coletivas e a criação de novas bases para relacionamentos. Essa iniciativa começou a ser difundida na Funase em 2016. Dois anos depois, por meio do projeto “Semeando uma Cultura de Paz: práticas restaurativas como ferramenta da socioeducação”, 240 servidores foram capacitados nos módulos de Introdução à Justiça Restaurativa – ministrado pelo juiz Élio Braz, do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) – e de Comunicação Não Violenta – sob responsabilidade do professor Marcelo Pelizzoli, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Outra etapa do projeto foi a formação de 80 facilitadores em curso ministrado pela psicóloga e consultora Monica Mumme, referência nacional no tema e fundadora do Laboratório de Convivência. Todas as atividades foram acompanhadas por um grupo gerador. Em março de 2019, a instituição deu mais um passo, criando, por meio de portaria, o Núcleo de Justiça Restaurativa. O grupo é composto por oito servidores e tem o objetivo de disseminar essas práticas em unidades socioeducativas de todo o Estado.

Assunto: Grupo de Trabalho da Comissão da Infância e Juventude do CNMP define prioridades para 2020

Fonte: CNMP

Data: 26/11/2019



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Nessa segunda-feira, 25 de novembro, membros do Ministério Público integrantes do Grupo de Trabalho Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), vinculado à Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), reuniram-se em Brasília. Entre outros assuntos, estão sendo definidas as prioridades da comissão para o ano de 2020. O encontro continua nesta terça-feira, dia 26.

Os integrantes do GT foram recepcionados pelo conselheiro do CNMP e presidente da CIJ, Otavio Luiz Rodrigues Jr. O conselheiro destacou que, desde que assumiu a Presidência da comissão, tem atuado em várias frentes, como relações interinstitucionais e fortalecimento dos grupos de trabalho.

Otavio Rodrigues citou, por exemplo, os encontros que a CIJ teve com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em outubro deste ano. Na ocasião, o conselheiro apresentou ao ministro Dias Toffoli as iniciativas da comissão em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Além disso, colocou a CIJ à disposição do corregedor nacional de Justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Martins, para uma atuação conjunta visando ao fortalecimento dos Juízos Especializados assim como das Promotorias de Justiça, conforme o Provimento 36/2014 da Corregedoria Nacional de Justiça e Recomendação nº 33/2016 do CNMP.

Otavio Rodrigues ressaltou que a atuação dos Grupos de Trabalho da CIJ alcançou resultados importantes como a Proposta de Resolução que dispõe sobre a contratação de aprendizes no Ministério Público da União e dos Estados, bem como sobre a possibilidade de o Ministério Público ser entidade concedente da experiência prática do aprendiz.

Outra questão apresentada pelo conselheiro na reunião dessa segunda-feira é a possibilidade de ser acrescida a competência sobre assuntos educacionais à comissão, alterando seu nome para Comissão de Infância, Juventude e Educação.

Otavio Rodrigues concluiu que “neste biênio, a intenção é que a CIJ se torne referência para além do âmbito do Ministério Público, algo que ela já é”. Além disso, ressaltou que conta “com a contínua atuação e o constante compromisso dos membros do Ministério Público, sempre atentos e devotados à questão da infância e da juventude”.

Participaram da reunião, além do conselheiro Otavio Rodrigues, a membro auxiliar da CIJ e promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Andréa Teixeira de Souza, e os integrantes do GT Sinase: Alexandra Beurlen (MP/AL); Denise Casanova (MP/RS);

Felipe Fritz (MPF/DF); João Luiz Botega (MP/SC); Luciana Beniste (MP/RJ); Márcio Costa (MPDFT); e Márcio Oliveira (MP/MG).